

# A GUERRA DO PARAGUAI E A ATIVIDADE BANCÁRIA NO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO 1865-1870

## O CASO BANCO RURAL E HIPOTECÁRIO DO RIO DE JANEIRO<sup>1</sup>

CARLOS GABRIEL GUIMARÃES  
Departamento de História  
Universidade Federal Fluminense

### Introdução

O presente trabalho tem como objetivo de analisar a atividade bancária do Rio de Janeiro no período da Guerra do Paraguai, através das estratégias desenvolvidas pelo Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro.

A Guerra do Paraguai acentuou o período de crise na Praça do Comércio do Rio de Janeiro, motivada pela política econômica conservadora implementada pelo governo imperial desde a Lei dos Entraves de 1860, e que culminou com a quebra da Casa Bancária Souto & Cia, em setembro de 1864. O esforço de Guerra demandou despesas cada vez maiores, que fez com que o governo abandonasse sua ortodoxia através do aumento das emissões via Tesouro Nacional, que substituiu o Banco do Brasil como agente emissor de notas em 1866, a depreciação do câmbio, e os empréstimos externos e internos, esse último com a emissão de títulos do governo.

Diante desse quadro, o Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro, um banco comercial de depósitos e descontos, implementou uma política conservadora de acordo com a conjuntura. Isso significou que o banco diminuiu seus empréstimos, via desconto de letras, e aumentou a compra de títulos, principalmente de títulos do governo. Tal estratégia demonstrou uma percepção crítica do banco frente a conjuntura difícil que passava a economia brasileira da época, principalmente a mais importante região comercial brasileira do período: a Praça do Comércio do Rio de Janeiro.

### 1. A crise de 1864 e a Guerra do Paraguai: uma conjuntura difícil

A crise comercial e bancária de 1864, conhecida como a **Crise do Souto**, nome esse relacionado com a bancarrota da Casa Bancária Antônio José Alves do Souto & Cia, constituiu-se no ápice de uma situação de crise, que vivia a Praça Comercial do Rio de Janeiro desde 1860. Como é de conhecimento da historiografia econômica brasileira, tal crise estava relacionada com a política de contração monetária e creditícia efetuada pelo governo imperial desde a promulgação da Lei n.º 1.083, de 22/08/1860, conhecida como a **Lei dos Entraves**.<sup>2</sup>

Diante dessa situação financeira difícil, não foi de estranhar que a Sociedade dos Assinantes da Praça do Rio de Janeiro, que se transformou na Associação Comercial do Rio de Janeiro em 1867, poderosa corporação que defendia os interesses da fração da classe dominante imperial ligada ao grande comércio, ou seja, aos grandes negociantes nacionais e estrangeiros do comércio bancário, do comércio importador e exportador e outros, sediados no Rio de Janeiro<sup>3</sup>, organizou uma comissão encabeçada pelo próprio presidente da Sociedade, o negociante José Joaquim de Lima e Silva, Visconde, depois Conde de Tocantins, e irmão do Duque de Caxias, que lançou um apelo em 12 de setembro de 1864 ao Imperador, para que o governo imperial tomasse providências:

*“Senhor: A comissão da Praça do Comércio vem respeitosamente trazer ao conhecimento do governo de Vossa Majestade Imperial o estado calamitoso em que se acha esta praça, em consequência da catástrofe comercial ocorrida no dia 10 corrente (setembro), pela suspensão que fez dos seus pagamentos a casa bancária de Antonio José Alves Souto & Cia.*

*O pânico que sobre o público produziu este acontecimento não se pode bem descrever mas pode ser avaliado por todos quantos conhecem a importância desta casa, a grande quantidade de depósitos que tem em si e o entrelaçamento que se acha com todos os bancos e principais casas de comércio desta praça.*

*O susto e a desconfiança tornaram-se gerais e o resultado foi correrem os portadores de títulos, não só desta casa como de outras, a exigirem das mesmas o embolso imediato deles.*

*(...) Não são, porém, somente estes os males que acarretou a referida catástrofe. Teve ela como imediato resultado paralisar o crédito, suscitar uma desconfiança geral, e fazer pairar sobre todas as casas comerciais, que em grande número se acham ligadas com a mencionada casa bancária, uma ameaça de se verem arrastadas na mesma catástrofe. Quem pode prever até onde chegarão as consequências deste acontecimento?*

*(...) A comissão desta praça, confiada no zelo que Vossa Majestade Imperial sempre se mostra possuído pelo bem do país e no interesse que lhe merece tudo quanto diz respeito à prosperidade e grandeza do Império aguarda tranqüila as medidas que prover ao Governo Imperial tomar para salvar esta praça da formidável crise por que está passando”.*<sup>4</sup>

A preocupação da Sociedade dos Assinantes da Praça do Rio de Janeiro com a repercussão da crise de 1864 pode ser traduzida por alguns números, que demonstram a gravidade dessa crise. No período de setembro de 1864 a março de 1865, ocorreram 95 falências, “com um passivo total de 115 mil contos superior portanto ao meio circulante de todo o país, que era de pouco mais de 100 mil contos”<sup>5</sup>. No tocante ao sistema bancário, e de acordo com a Tabela 1, os bancos “nacionais”, com sede no Rio de Janeiro, como a Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia<sup>6</sup> e o Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e, mais ainda as casas bancárias, como a própria Souto & Cia, a Montenegro, Lima & Cia, a Gomes & Filhos e outras, tiveram que recorrer ao redesconto e a caução do Banco do Brasil no mês de setembro, para dar conta da corrida sobre os seus depósitos. Com relação aos bancos estrangeiros, nessa época restrito aos bancos ingleses, como o London and Brazilian Bank e o Brazilian and Portuguese Bank, ambos recorreram também ao Banco do Brasil, porém com quantias bem menores se comparadas com as dos bancos e casas bancárias “nacionais”.<sup>7</sup>

A eclosão da Guerra do Paraguai<sup>8</sup> e seus desdobramentos, segundo a historiografia brasileira, trouxe inúmeros problemas de ordem política e social para o Império.<sup>9</sup> No plano econômico, principalmente no âmbito das finanças, as operações financeiras que giravam sobre o Banco do Brasil com a crise de 1864, com o acirramento da guerra, que dobrou as despesas militares e fez aumentar os déficits do governo, passaram a gravitar ao redor do governo.

**Tabela 1: Quadro demonstrativo das quantias fornecidas pelo Banco do Brasil entre 10 e 30 de setembro de 1864**

<b>Instituições</b>	<b>Descontos</b>	<b>Cauções</b>
Banco Rural & Hipotecário	1.240:000\$000	4.630:000\$000
Banco Mauá, MacGregor & Cia	5.246:440\$136	-
London & Brazilian Bank	382:766\$240	500:000\$000
Brazilian and Portuguese Bank	-	1.013:300\$000
Gomes & Filhos	3.222:239\$512	1.934:000\$000
Bahia, Irmãos & Cia	8.207:831\$061	1.804:600\$000
Montenegro, Lima & Cia	2.108:507\$274	1.088:000\$000
Oliveira & Bello	22:250\$000	-
D'Illion & Marques Braga	682:349\$604	-
Portinho & Moniz	850:895\$569	63:000\$000
Silva Pinto, Melo & Cia	337:458\$220	-
João Baptista Vianna Drummond	254:233\$971	-
Manoel Gomes de Carvalho	183:343\$282	-
Lallemant & Cia	347:884\$570	-

Fonte: Brasil. Ministério da Justiça. *Comissão de Inquérito sobre as causas da crise na praça do Rio de Janeiro de 1864*, op. cit., p. 204

Com o intuito de preservar a moeda metálica para fazer frente aos inúmeros gastos com as importações, já que o ouro era a única moeda aceita, a solução encontrada pelo governo imperial, após vários embates sobre qual a melhor política a ser adotada<sup>10</sup>, foi a aprovação do projeto do Visconde de Itaboraí, Lei n.º 1.349, de 12 de setembro de 1866. Tal projeto, que além transferir o poder emissor do Banco do Brasil para o Tesouro Nacional, estabeleceu uma nova carteira hipotecária e restringiu o direito de nomeação do presidente e vice-presidente do banco pelo governo, significou para John Schulz uma maior independência do Banco do Brasil com relação ao intervencionismo do governo e, com isso, permitiu sua reorganização<sup>11</sup>. Para Dênio Nogueira, o projeto possibilitou ao governo uma folga no seu caixa, na medida que “a transferência do poder emissor para o Tesouro Nacional eliminaria ainda o custo desnecessário dos juros que o governo tinha de pagar ao Banco do Brasil para financiar seu elevado déficit fiscal”<sup>12</sup>. Outros historiadores, como Maria Barbara Levy, destacam que o projeto significou por um lado o abandono da política contencionista e das pretensões da conversibilidade preconizadas pelo padrão-ouro; por outro lado, significou que o governo se tornou “no principal agente do crédito interno, através do mecanismo inflação e compra; ao mesmo tempo que aumentava os impostos, recolhia ouro através de recursos sistemáticos do lançamento de títulos públicos”<sup>13</sup>.

A Guerra do Paraguai, que segundo cálculos de Pelaez e Suzigan, chegou a montante de 614 mil contos de réis<sup>14</sup>, teve como principais fontes de financiamento os empréstimos externo e interno e a cobrança de impostos, conforme constam nas Tabelas 2 e 3. No tocante aos empréstimos tivemos um “empréstimo externo, realizado em 1865, no valor de £ 6.693.000, ao tipo 74, que propiciou o líquido de £ 5.000.000 (cerca de 49 mil contos), com juros de 5% e 30 anos de prazo; empréstimo interno de 27 mil contos, além da emissão de letras do Tesouro (a 6% ao ano), no valor de 171 mil contos

no decorrer da guerra; e o restante, cerca de 120 mil contos, em emissões de papel-moeda”.<sup>15</sup>

Com relação aos impostos, além da cobrança em ouro de 15% dos impostos de exportação e importação, a partir de 1867, houve um aumento das contribuições provinciais. Segundo Dênio Nogueira, “essa última fonte de receita foi a que acusou maior crescimento, passando de 15% para 25% da receita total arrecada entre 1864 e 1869.”<sup>16</sup>

**Tabela 2: Financiamento da Guerra do Paraguai (valores de 1822, em milhares de contos)**

Ano	Direitos Aduaneiros	Imposto de Exportação	Contribuição Provincial	Outros Tributos	Receita Total
1864/65	5,9	1,7	1,6	0,4	9,6
1865/66	4,7	1,6	1,3	0,4	8,0
1866/67	4,7	1,4	1,5	0,2	7,8
1867/68*	4,1	1,8	2,0	0,1	8,0
1868/69	4,4	1,9	1,9	0,5	8,7
1869/70	5,3	1,8	2,3	0,1	9,5

Obs.: \* A partir de 1867, 15% dos impostos de exportação e importação passaram a ser cobrados em ouro, isto é, à taxa de câmbio do mercado

Fonte: NOGUEIRA, op. cit., p.379

A questão do endividamento do Estado Imperial com Guerra do Paraguai, especialmente no tocante à dívida pública, para muitos historiadores, constituiu-se num grande “divisor de águas” na economia brasileira. Segundo Wilma Peres Costa,

*“até meados do século, ela se destinava principalmente à cobertura dos déficits relacionados à construção do Estado Nacional: despesas originadas da Guerra de Independência e da negociação com Portugal, conflitos internos e repressão das rebeliões provinciais, além dos conflitos externos na região platina. Na Segunda metade do século aparecem despesas de um novo tipo: as melhorias públicas, em particular as estradas de ferro. Com efeito, esse foi, entre 1850-1870, um importante elemento no equacionamento das relações entre o centro político e as forças provinciais. (...). O período da Guerra do Paraguai aparece como um divisor de águas no endividamento público, determinando um crescimento notável tanto no estoque da dívida quanto no peso do seu serviço sobre as receitas do Estado”.*<sup>17</sup>

A questão da dívida pública e sua repercussão sobre a principal região econômica do Brasil na época, o Rio de Janeiro, promoveu uma controvérsia na historiografia econômica brasileira que envolveu o declínio do Rio de Janeiro e a ascensão de São Paulo. Rui Granziera defende a posição de que o entesouramento dos títulos públicos entre os fazendeiros e as camadas médias urbanas do Rio de Janeiro, e a crise de crédito na região fizeram com que o papel-moeda emitido afluísse para uma nova região, que era o centro distribuidor das mercadorias para as tropas na guerra,

como também, face a relação ferrovia e café, uma região economicamente dinâmica: Campinas e arredores (Oeste Novo Paulista). Segundo Granziera, nessa região “o capital substituído pela estrada de ferro era passível de transformação em capital-dinheiro”<sup>18</sup>, o que permitiu uma acumulação produtiva diferenciada no interior do complexo cafeeiro na região, diferenciando São Paulo do que ocorreu no Rio de Janeiro.<sup>19</sup>

Maria Barbara Levy discorda da posição de Granziera. Para ela, o Rio de Janeiro, como principal centro financeiro e comercial do país, sempre sofreu com a drenagem de dinheiro, bastando subir as taxas de desconto dos títulos, os juros se elevando e os negócios parando por falta de dinheiro. E mais,

*“apenas 14 horas, por via férrea, separavam as duas cidades, e que o rio de janeiro mantinha com são Paulo ativo comércio de produtos de subsistência, além do que as exportações de ambas as províncias resumiam ao mesmo produto: o café. Portanto, não era tão pequeno o contato entre elas, a ponto de constituírem ilhas econômicas. Ao contrário, São Paulo permaneceria na órbita do circuito monetário regional do Rio de Janeiro”*.<sup>20</sup>

**Tabela 3: Política Fiscal, Monetária e Cambial**

Ano	N.º Índice (1822=100)		Taxa de Câmbio (mil réis por libra)	Política Fiscal ( mil contos)							
	Meio Circulante	Preços		Receita					Despesa		
				Total	Da qual			Total	Militar	Serviço da Dívida	Saldo (+ ou -)
					Direitos Alfandegários	Imposto de Exportação	Contribuição Provincial				
1864/65	1.204	580,4	8,97	55,7	34,5	9,7	9,3	83,3	40,6	5,1	-27,6
1865/66	1.392	703,4	9,60	56,1	33,4	11	9,3	121,9	80,3	8,9	-65,8
1866/67	1.479	800,7	9,90	62,4	37,6	10,8	11,7	120,9	72,1	10,4	-58,5
1867/68	1.627	873,6	10,70	69,7	35,9	15,4	17,1	166	98,8	11,2	-96,3
1868/69	1982	1.035	14,11	83,5	45,3	18,6	19,4	150,9	81,3	14,8	-67,4
1869/70	2.371	988,3	12,76	92,9	52,4	17,8	22,3	141,6	76,8	13,1	-48,5

Obs: 1) desde 1828, o ano fiscal iniciou em julho; 2) em 1846, com a Reforma Monetária, o governo depreciou a paridade oficial para 27 d/mil réis ou 8\$889/Libra; 3) desde 1833, 50% dos direitos aduaneiros passaram a ser arrecadados em ouro, ou seja, à taxa de câmbio vigente no mercado; 4) desde 1837, a totalidade dos direitos aduaneiros passou a ser arrecadada em ouro, assim como o imposto de exportação; 5) desde 1853, o imposto de exportação foi reduzido a 5% ad valorem

Fontes: NOGUEIRA, op. cit., pp. 332 e 375

## 2. O Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e sua atuação na conjuntura 1865/1870.

Num trabalho anterior, analisando a atuação do BRHRJ no período 1854/1860, demonstrei que o banco foi um típico banco comercial da época, ou seja, um banco de depósitos e descontos.<sup>21</sup> No tocante aos depósitos, o BRHRJ pagava juros sobre o depósito à vista ou a prazo, e descontava letras, principalmente com penhor mercantil. Quanto aos descontos, o banco privilegiou o desconto de letras com penhor, embora descontasse letras hipotecadas, porém com um volume bem menor do que a com penhor.<sup>22</sup> Essa atividade bancária desenvolvida pelo BRHRJ foi criticada na época por importantes figuras do Império como Sebastião Ferreira Soares e, também, por um dos maiores fazendeiros fluminenses da região de Vasouras, Luís Peixoto. de Lacerda Wernck, o Barão do Pati do Alferes.<sup>23</sup>

No início da década de 1860, em virtude da Lei dos Entraves, o BRHRJ teve uma diminuição dos empréstimos e depósitos. Entretanto, a partir de 1862, e de acordo com o Gráfico 1, os empréstimos e os depósitos voltaram a crescer. Com toda restrição da Lei de 1860, a questão que surge é a seguinte: quem contraiu os empréstimos do BRHRJ? A resposta vem com a análise da Lista dos Acionistas do BRHRJ de 1861 e do Relatório da Diretoria do banco de 1865: **os capitalistas, os comissários e as casas bancárias**<sup>24</sup>. Para se ter uma idéia, apresento alguns dados interessantes, com base no cruzamento da Lista com o Almanach Laemmert de 1861:

1. Dos 435 acionistas em 1861, 8,04% estavam ligados as essas atividades;
2. Das 40.000 ações, 15,23% estavam nas mãos desses negociantes;
3. Desses acionistas, 31,42% eram matriculados;
4. Desses negociantes matriculados, 63, 63% eram comissários.<sup>25</sup>

Embora a Diretoria creditou à crise do banco “*a boa fé surpreendida de uns, e a ambição inqualificável de outros (a grafia é da época)*”, a mesma reconhece que exacerbação da crise tem que ser creditada a prática bancária efetuada pelo banco. Os empréstimos, através dos descontos de Letras e em conta corrente, eram direcionados principalmente para esses **acionistas/clientes**. O reconhecimento dessa prática bancária, embora relevado a segundo plano pela diretoria do banco, vem de encontro com as observações de David Joslin acerca da atuação dos bancos brasileiros e, principalmente, ingleses como o London and Brazilian Bank no período<sup>26</sup>. Tal visão é corroborada por John Schulz, quando afirma:

*“A estrutura das finanças brasileiras tendeu a exacerbar essas crises. Tanto os bancos sociedades anônimas quanto as casas bancárias tinham comerciantes e agentes de fazendeiros, o comissários, como seus principais clientes. Esses dois tipos de mutuários inclinaram-se à não liquidez, na medida que se viram forçados a conceder crédito a longo prazo para os fazendeiros. Práticas bancárias prudentes como as conhecidas na Inglaterra ensinaram que se deve emprestar a prazo de até 90 dias sobre saques aceitos. Esses saques eram de responsabilidade tanto do comprador quanto do devedor de um produto como café ou tecido. Quando eles financiavam mercadorias não-vendidas, os bancos não emprestavam mais do que dois terços do valor dos produtos em garantia, também para períodos não superiores a noventa dias.(...) Os bancos ingleses, quando estabeleceram operações no Brasil em 1863, descobriram que não poderiam seguir no Rio de Janeiro a prática de Londres. Viram-se renovando indefinidamente créditos que raramente poderiam ser quitados.*

*Muitos empréstimos, embora feitos para comerciantes, dependiam, no final das contas, dos fazendeiros. Os bancos tinham dificuldades em vender ou mesmo apropriar-se dos bens dos agricultores (...).*

*Quanto a seus passivos, os bancos ingleses descobriram que no Brasil os banqueiros pagavam juros até mesmo para depósitos à vista. Na Inglaterra, os depósitos à vista não recebiam juros como compensação para que o banqueiro os guardasse e pagasse os cheques emitidos. Com pouco capital os banqueiros brasileiros concordavam em pagar juros, freqüentemente de até 4% ao ano, sobre o dinheiro à vista. Os bancos brasileiros também pagavam juros maiores que os pagos pelos bancos pelos bancos ingleses sobre seus depósitos a prazo. (...).<sup>27</sup>*

A crise do Souto repercutiu fortemente sobre o BRHRJ. Consoante com a Tabela 1, o banco teve que recorrer ao Banco do Brasil para fazer frente à corrida sobre seus depósitos. A respeito dessa situação do BRHRJ, analisando o Relatório da Diretoria de 1865, percebemos que as dificuldades do banco estava relacionada com relações comerciais com as casas bancárias. Essas, ao serem liquidadas, deixaram de honrar seus compromissos, e o BRHRJ, sendo um dos maiores credores, não teve outra saída a não ser de recorrer ao redesconto e a caução do Banco do Brasil. O montante total requerido pelo BRHRJ ao Banco do Brasil chegou a quantia de 13.226 contos de réis, ou seja, além dos 5.870 contos de réis de setembro de 1864, o banco tomou emprestado mais a quantia de 7.356 contos de réis.<sup>28</sup>

Com a eclosão da Guerra do Paraguai, o BRHRJ encontrava-se na situação descrita acima. Analisando os balanços do banco de 1865 até 1870, Anexo 1, percebemos que a atividade bancária desenvolvida pelo BRHRJ estava de acordo com a política governamental adotada. No tocante ao ativo, na conta **Empréstimos**, houve uma diminuição significativa das letras descontadas com penhor, de mais de 55% no período 1865-1870. Com relação às letras caucionadas e hipotecadas, as primeiras tiveram um aumento significativo de 198% de 1865 até 1867, caindo depois até 1870, uma baixa de 71%; as letras hipotecadas, mesmo com a nova Lei de Hipotecas de 1864, que dava novas garantias para os credores<sup>29</sup>, tiveram uma queda de 25% entre 1865 e 1867, e um aumento de 4% de 1868 até 1870. O comportamento dos descontos das letras está no gráfico 2. Quanto aos empréstimos em conta corrente, houve uma queda de 10% no período de 1865 a 1867, um aumento significativo em 1868 de 145% e, novamente, uma queda de 30% até 1870.

A análise da política dos empréstimos do BRHRJ ficou mais clara com a leitura dos Relatórios da Diretoria. No Relatório de 1868<sup>30</sup>, embora não ficou explícito o por que do banco em não aumentar os empréstimos à propriedade rural, privilegiando principalmente a propriedade urbana, a falta de garantias, mesmo com a nova Lei de Hipotecas, e a alta taxa de desconto envolvendo as hipotecas dificultavam o acesso ao desconto de tais letras. Enquanto essas, o desconto girava entre 10 a 12% ao ano, nas demais letras, o desconto giravam em torno de 7 a 10% para a letras com penhor, e 8 a 10% para as letras caucionadas.<sup>31</sup>

Ainda com relação ao ativo, chamou atenção a conta **Títulos**, Gráfico 4. Após uma aumento acentuado de 1865 a 1866, a conta **apólices da dívida pública** manteve o mesmo valor em 1867 e 1868, desaparecendo em 1869 e 1870. No tocante às **letras do tesouro nacional**, essas cresceram em mais de 600% entre 1868-1870. O crescimento desse título, assim como o da dívida pública em 1871<sup>32</sup>, que não consta no balanço do banco, face a nossa delimitação de 1865-1870, demonstrou que o BRHRJ agiu de



acordo com a política do governo de emissão de títulos. Será necessário pesquisar os demais bancos, entretanto, acredito que os maiores detentores dos títulos públicos foram as instituições bancárias.

Com relação ao passivo do BRHRJ, destacamos o aumento dos depósitos, que em 1869 ultrapassou os empréstimos, conforme o Gráfico 3. Destacaram-se nos depósitos as contas letras a pagar (dinheiro tomado a prêmio), em que o banco remunerava de 5 ½% a 6% ao ano, e a conta corrente, que também eram remuneradas, só com taxas menores de 3 a 6%. Outra conta do passivo que chamou atenção foi o aumento do fundo de reserva em 1869, e da criação de um novo fundo de reserva no mesmo ano. É interessante observar que o BRHRJ, ao criar um novo fundo de reserva, suspendeu a conta Lucros Suspensos, que era uma conta onde os lucros eram reservados para fazer frente aos prejuízos, como ocorreu pós-1864.

Ainda no passivo, as emissões foram extintas em 1867, os juros a receber por contratos celebrados aumentaram em 80% no período de 1868 e 1870 e os dividendos dos acionistas aumentaram, passando de 280:000\$000 (8\$000 por ação) no período de 1865 e 1866, para 320:000\$000 no período 1867 e 1870.

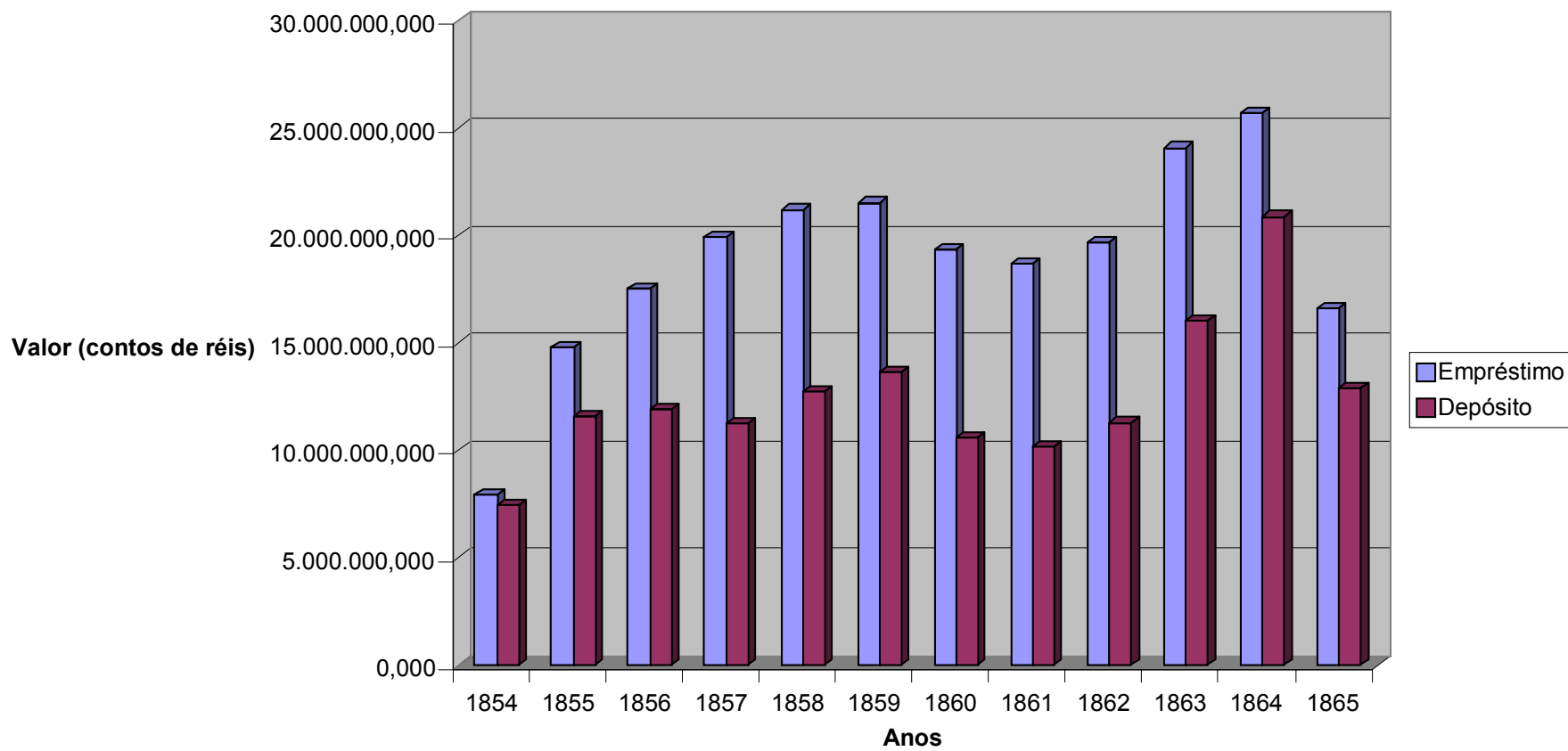
### **3. Considerações Finais**

A conjuntura econômica associada à Guerra do Paraguai foi interessante para o BRHRJ. Comparando os balanços de 1865 e 1870, embora reconheçamos as dificuldades e a veracidade dos mesmos, face a ausência de um órgão regulador, como o que temos hoje em dia, que é o Banco Central, percebemos uma melhoria da situação do banco.

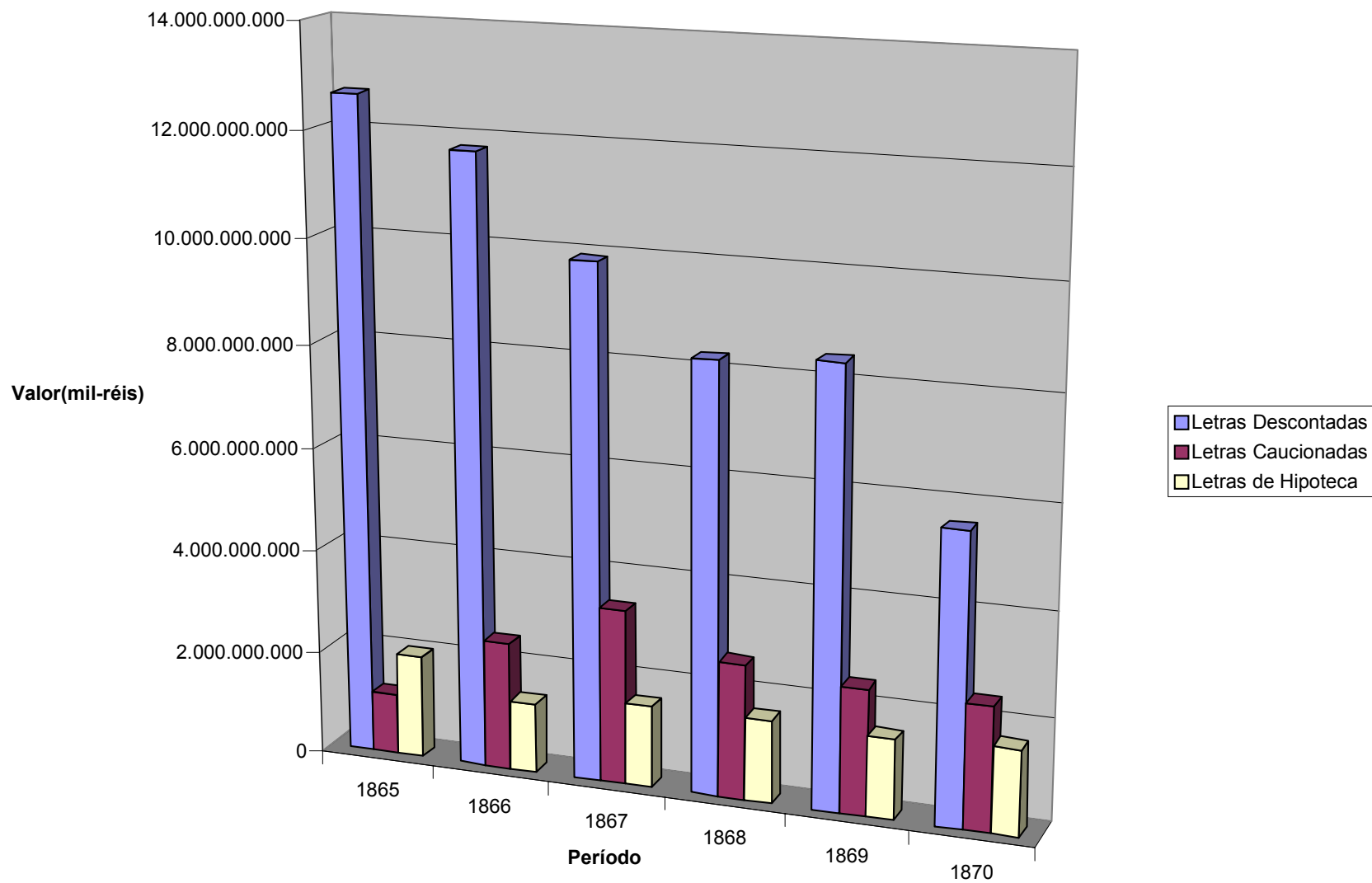
A política desenvolvida pelo BRHRJ durante a Guerra do Paraguai, estava intimamente ligada a política econômica do governo. Se essa, para cobrir as despesas com a guerra recorreu a um forte endividamento interno e externo, e que repercutiu nos anos posteriores, inclusive sendo responsável por uma nova crise na década de 1870, a crise de 1875, que levou o Banco Mauá & Cia. fechar as suas portas, o BRHRJ apropriou-se da situação. Diminui os empréstimos e aumentou sua carteira de títulos e dos depósitos. Tal política, que muitos possam achar conservadora, na realidade consistiu na política desenvolvida por um típico banco comercial, que era de privilegiar o comércio e o curto prazo.



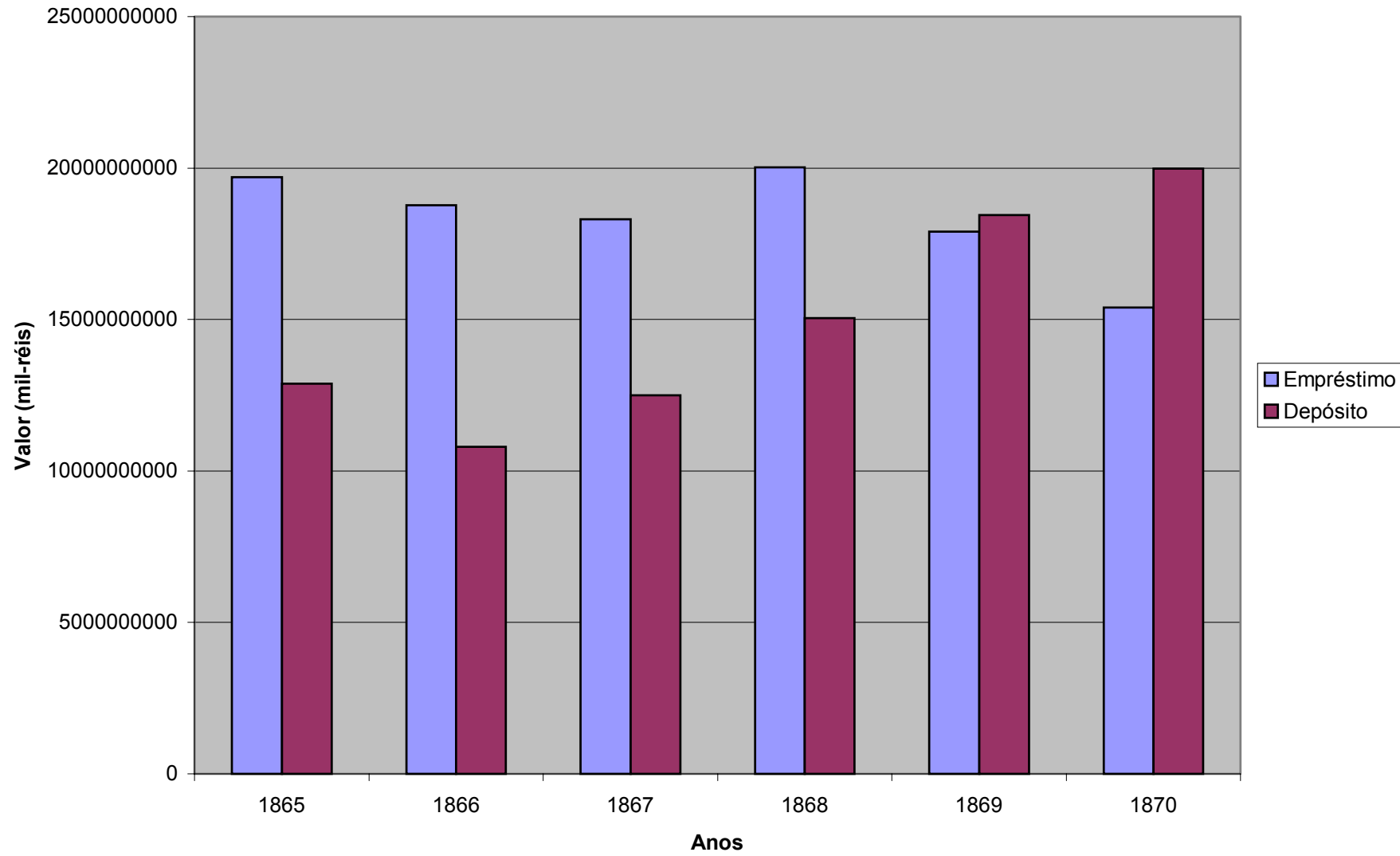
**Gráfico 1: Empréstimos e Depósitos do BRHRJ, 1854/1865**



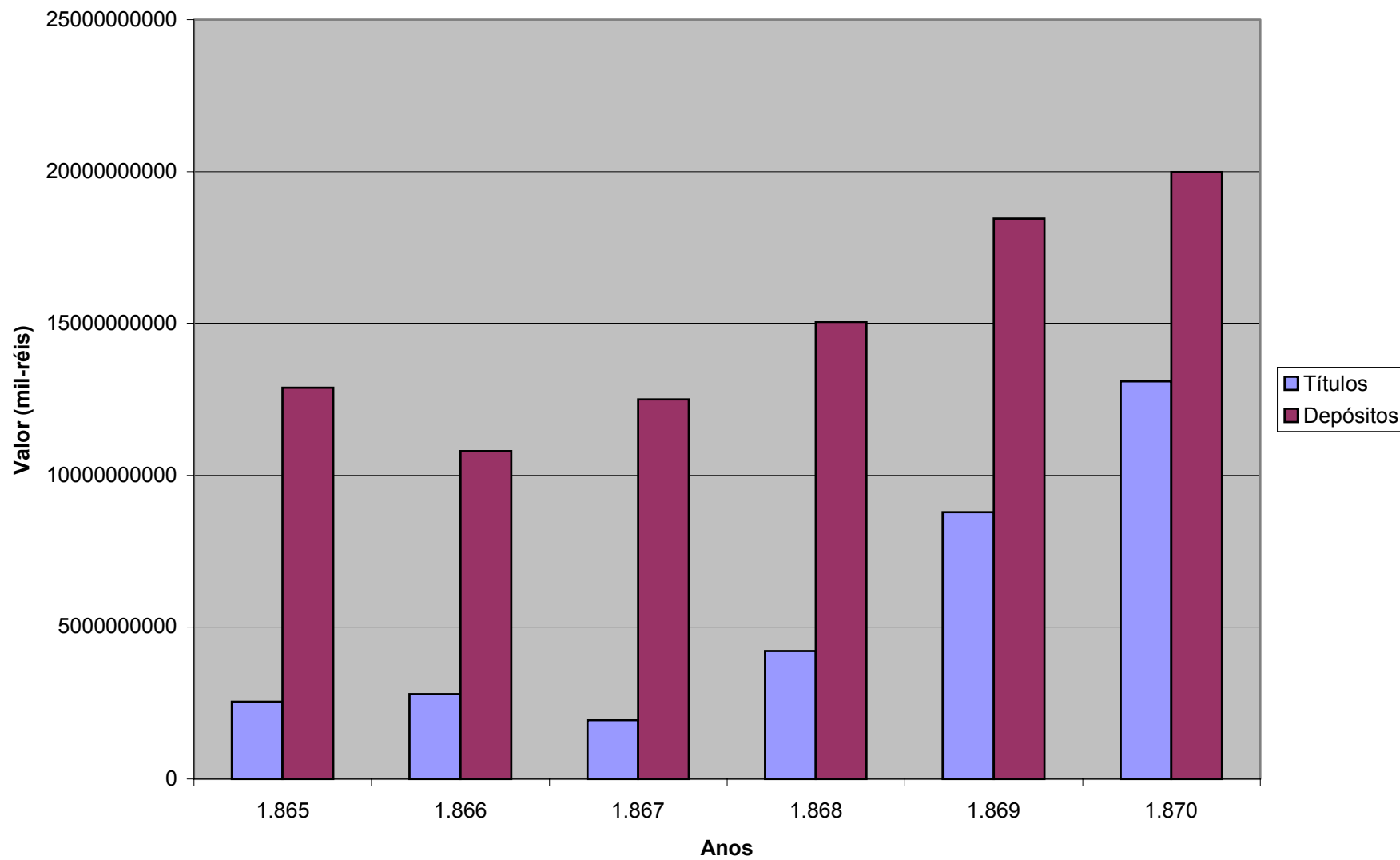
**Gráfico 2: Desconto de Letras do BRHRJ (1865/1870)**



**Gráfico 3: Empréstimos e Depósitos do BRHRJ, 1865/1870**



**Gráfico 4: Títulos e Depósitos do BRHRJ, 1865/1870**



**Anexo 1: Balanços do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro (1865-1870)**

	<b>Jun/1865</b>	<b>Jun/1866</b>	<b>Jun/1867</b>	<b>Jun/1868</b>	<b>Jun/1869</b>	<b>Jun/1870</b>
<b>Ativo</b>						
1. Títulos:						
1.1 Apólice da dívida pública	600\$000	313:000\$000	26:700\$000	26:700\$000		-
1.2 Títulos em Liquidação	2539:103\$963	1973:867\$528	1854:915\$858	2235:188\$933	2210:643\$996	3066:991\$439
1.3 Títulos em garantia de operação de crédito		516:710\$000	56:350\$000	-		-
1.4 Ações da Cia. Brasileira de Pacote a vapor		-		137:400\$000		-
1.5 Letras do Tesouro Nacional		-		1825:600\$000	6573:460\$000	10016:724\$000
2. Empréstimo:						
2.1 Letras descontadas	12670:957\$583	11751:875\$516	9900:661\$380	8288:606\$192	8443:778\$686	5598:362\$305
2.2 Letras Caucionadas	1169:880\$000	2481:861\$000	3398:103\$400	2621:357\$326	2433:330\$000	2410:650\$000
2.3 Letras de Hipotecas	1996:462\$430	1343:032\$080	1585:672\$020	1605:993\$441	1546:591\$898	1657:906\$247
2.4 Letras a receber (por concordatas e outras)	812:231\$371	766:016\$567	618:773\$686	614:730\$092	390:994\$272	220:961\$845
2.5 Conta corrente (por empréstimo e adiantamentos feitos pelo banco com garantia)	3047:069\$697	2431:634\$094	2803:267\$767	6885:338\$906	5089:296\$795	5501:692\$932
3. Encaixe:						
3.1 Caixa Geral:	539:438\$474	960:397\$969	2130:996\$631	746:454\$501	1675:974\$848	1505:820\$115
3.1.1 em moeda de ouro de 22 q.	3:220\$210					
3.1.2 em moeda de cobre	18\$264	7\$969		-	-	-
3.1.3 em notas do Banco do Brasil	536:200\$000	960:390\$000		-	-	-
3.2 Caixa de depósitos	2:520\$000	120\$000	2:861\$120	-	-	-
4. Edifício do banco e benfeitoria	1888:484\$859	188:484\$859	194:017\$693	191:815\$693	188:215\$693	248:849\$093

	<b>Jun/1865</b>	<b>Jun/1866</b>	<b>Jun/1867</b>	<b>Jun/1868</b>	<b>Jun/1869</b>	<b>Jun/1870</b>
5. Prédio do banco	109:315\$498	1:383\$250		-	-	-
6. Prédios adjudicados ao banco	90:302\$931	112:151\$191	89:527\$499	81:798\$469	78:145\$423	86:977\$450
7. Mobília	22:535\$500	22:535\$500	22:535\$500	21:902\$000	22:470\$330	22:470\$330
8. Juros a receber de conta própria	18\$000	9:390\$000	900\$000	14:640\$000	31:380\$000	435\$000
9. Juros (pertencem ao semestre Seguinte)	28:776\$451	21:830\$303	16:823\$830	-	-	-
Total	23217:696\$75 7	22924:289\$89 2	22702:116\$36 4	25297:525\$55 3	28684:281\$94 1	30337:840\$75 6
1. Capital	8000:000\$000	8000:000\$000	8000:000\$000	8000:000\$000	8000:000\$000	8000:000\$000
2. Fundo de reserva	1000:000\$000	1000:000\$000	1000:000\$000	1000:000\$000	1317:410\$988	1478:072\$248
3 Novo fundo de reserva		-	-	-	74:819\$541	141:945\$781
4. Lucros suspensos*	606:167\$399	394:242\$793	470:098\$294	516:374\$794	-	-
5. Depósitos:						
5.1 Letras a pagar (dinheiro tomado a prêmio)	2176:806\$964	172:874\$847	1929:660\$707	1786:806\$907	2373:952\$097	2560:950\$903
5.2 Conta corrente (saldo a favor de diversos)	10692:398\$003	10604:540\$163	10508:138\$625	13250:485\$347	16060:074\$570	17380:044\$698
5.3 Saques a pagar	5:130\$172	18:837\$711	55:580\$097	6:501\$615	12:989\$760	23:906\$455
5.4 Valores depositados	2:683\$000	283\$000	3:024\$120	3:024\$120	3:024\$120	13:314\$620
6. Emissão (valor em circulação)	10:800\$000	8:600\$000	8:100\$000	-	-	-
7. Selo	936\$500	1:075\$800	1:721\$800	1:626\$000	-	-
8. Juros a receber (por contratos celebrados)	113:663\$988	113:663\$998	113:663\$988	124:215\$578	189:840\$456	223:148\$721
9. Descontos (para o próximo semestre)		297:066\$213	247:984\$720	196:570\$276	192:513\$807	138:168\$391
10. Comissão da diretoria	17:203\$974	16:838\$252	23:301\$315	19:986\$168	26:303\$902	22:429\$898



	Jun/1865	Jun/1866	Jun/1867	Jun/1868	Jun/1869	Jun/1870
11. Div. 8°, 10°, 11°, 13°, 19ª e 22°	8:736\$900					
12. Dividendo 23°	280:000\$000					
13. Div. 8°, 10°, 11°, 13°, 19° e 24°		7:115\$900	-	-	-	-
14. Dividendo de 8° a 26°			8:726\$400		-	-
15. Dividendo 25° (8\$ por ação)		280:000\$000	-	-	-	-
16. Dividendo 27° (8\$ por ação)		-	320:000\$000	-	-	-
17. Dividendo 10° a 28°		-	-	7:973\$400	-	-
18. Dividendo 10° a 30°		-	-	-	9:160\$800	
19. Dividendo 10° a 32		-	-	-	-	15:332\$300
20. Dividendo 29° (8\$ por ação)				320:000\$000		-
21. Dividendo 31° (8\$ por ação)					320:000\$000	
22. Dividendo 33° (8\$ por ação)				-	-	320:000\$000
23. Dividendos de cauções	9:916\$220	9:151\$220	9:391\$220	9:631\$220	11:881\$220	10:021\$220
24. Juros (para o próximo semestre)				48:622\$110	63:421\$213	5:910\$143
25. Lucros e perdas (próximo semestre)	-		2:625\$078	5:708\$000	8:889\$467	4:595\$378
Total	23217:696\$75 7	22924:289\$89 2	22702:116\$36 4	25297:525\$55 3	28684:281\$22 0	30337:840\$7 56

Obs.: \* Lucros reservados para fazer face aos prejuízos

Fonte: BRHRJ. *Relatório apresentado pela directoria do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro em assembléa geral dos accionistas aos 15 de Julho de 1865*. Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1865.

BRHRJ. *Relatório apresentado pela directoria do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro em assembléa geral dos accionistas aos 16 de Julho de 1866*. Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1866.

Commercio. Balanço do BRHRJ, 30/06/1867. *Jornal do Commercio*, 8/07/1867, p. 3.

BRHRJ. *Relatório apresentado pela directoria do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro em assembléa geral dos accionistas aos 29 de Julho de 1868*. Rio de Janeiro, Typographia do Apostolo, 1868.

BRHRJ. *Relatório apresentado pela directoria do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro em assembléa geral dos accionistas aos 21 de Julho de 1868*. Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1869.

BRHRJ. *Relatório apresentado pela directoria do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro em assembléa geral dos accionistas aos 18 de Julho de 1870*. Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1870

## NOTAS:

---

<sup>1</sup> Este trabalho contou com a participação dos alunos Deidson Carline e João Monteiro Pessoa, bolsistas do Programa PIBIC/CNPq, na coleta dos dados.

<sup>2</sup> A respeito da crise do Souto verificar os seguintes trabalhos:

SOARES, Sebastião Ferreira. *Esboço ou primeiros traços da crise commercial da cidade do Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1864*. Rio de Janeiro: Ed. Laemmert, 1864.

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. Souto & Cia. In: LEVY, Maria Barbara (coord.). *Anais da 1ª Conferência Internacional de História de Empresas*. Rio de Janeiro: Div. Gráfica da UFRJ, 1991.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia., 1854/1866*. São Paulo, 1997, 320 p. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo. (especialmente o cap. 4)

PELAEZ, Carlos M. e SUZIGAN, Wilson. *História Monetária do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Ed. UNB, 1981. Pp. 104-115

VILLELA, André Arruda. *The Political Economy of Money and Banking in Imperial Brazil, 1850/1870*. London, 1999, 328 p. Thesis (Doctorate in Economic History). London School of Economics and Political Science. (chapter 4)

<sup>3</sup> A respeito da Sociedade dos Assinantes da Praça do Rio de Janeiro conferir o trabalhos de:

RIDINGS, Eugene. *Business interest groups in nineteenth century Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

MATHIAS, Herculano Gomes. *Comércio, 173 anos de desenvolvimento: história da Associação Comercial do Rio de Janeiro, (1820-1993)*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

<sup>4</sup> BRASIL. Ministério da Justiça. *Comissão de Inquérito sobre as causas da crise na praça do Rio de Janeiro. Relatório da comissão encarregada pelo governo imperial por avisos do 1º de outubro a 28 de dezembro de 1864 de preceder a um inquerito sobre as causas principaes e acidentaes da crise do mês de setembro de 1864*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1865. Documentos anexos ao Relatório da comissão de Inquerito (...), serie A, p.4. (a grafia é da época)

<sup>5</sup> NOGUEIRA, Dênio. *Raízes de uma nação. Um Ensaio de História Sócio-Econômica comparada*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988. P. 377.

---

<sup>6</sup> A respeito da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia. conferir GUIMARÃES, op. cit., pp. 208-215.

<sup>7</sup> Com relação ao banco inglês London and Brazilian Bank verificar os trabalhos de:

JOSLIN, David. *A century bank in Latin America*. Oxford: Oxford University Press, 1963.

GRAHAN, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil, 1850-1914*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

<sup>8</sup> Com uma duração de quase seis anos, estendendo-se de 11 de novembro de 1864, com a tomada do vapor Marquês de Olinda pelos paraguaios, até 1 de março de 1870, com a morte de Solano López, a Guerra do Paraguai foi o conflito de maior duração no continente americano.

<sup>9</sup> A respeito da Guerra do Paraguai verificar os trabalhos de:

COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: HUCITEC/Ed. da UNICAMP, 1996.

MARQUES, Maria Eduarda C. Magalhães (org.). *A Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

SALES, Ricardo. *A guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

<sup>10</sup> Sobre tais embates conferir PELAEZ e SUZIGAN, op. cit., pp. 104-106

<sup>11</sup> Para Shulz, a maior independência do Banco do Brasil pode ser comprovada com a liquidação das filiais do banco, com exceção da de São Paulo, e a diminuição da emissão dos bilhetes do banco. Conferir SHULZ, John. *A crise financeira da Abolição (1875-1901)*. São Paulo: EDUSP/Instituto Fernand Braudel, 1996. p. 44.

<sup>12</sup> NOGUEIRA, op. cit., p. 378.

<sup>13</sup> LEVY, Maria Barbara. *A Indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas (esboços de história empresarial)*. Rio de Janeiro: Sec. Municipal de Cultura/EDUFRJ, 1995. P. 95

<sup>14</sup> PELAEZ e SUZIGAN, op. cit., p. 114

<sup>15</sup> NOGUEIRA, op. cit., p. 378

<sup>16</sup> Idem, p. 380

<sup>17</sup> COSTA, Wilma Peres. A Questão Fiscal na Transformação Republicana-Continuidade e Descontinuidade. *Economia e Sociedade*, IE/UNICAMP, n.º 10, outubro de 1998, pp. 5-6

<sup>18</sup> GRANZIERA, Rui. Guilherme. *A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil. : moeda e vida urbana na economia brasileira*. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, p. 106

- 
- <sup>19</sup> A respeito da relação do complexo cafeeiro e da industrialização em São Paulo conferir o trabalho de CANO, Wilson. *Raízes da Industrialização em São Paulo*. 2ª ed.. São Paulo: T. A Queiroz Ed., 1983
- <sup>20</sup> LEVY, op. cit., pp. 92-93
- <sup>21</sup> A partir deste ponto, ao mencionarmos o Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro, usaremos a abreviação BRHRJ.
- <sup>22</sup> GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **O Império e os bancos comerciais do Rio de Janeiro na Segunda metade do século XIX. Os casos do Banco Mauá, MacGregor & Cia, do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola.** *Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e da 4ª Conferência Internacional de História de Empresas*. Curitiba: ABPHE/UFPR, 1999.
- <sup>23</sup> WERNECK, Luís Peixoto de Lacerda. *Estudo sobre o credito rural e hyphotecario*. Ro de Janeiro: L. B. Garnier, 1857.
- <sup>24</sup> Alguns negociantes eram comissários e ensacadores ao mesmo tempo. Capitalistas, no Almanach Laemmert, tem o sentido de usurário e rentista, principalmente de prédios urbanos.
- <sup>25</sup> Esse trabalho contou com a ajuda do bolsista Deidson M. Carline.
- BRHRJ. *Relatório apresentado pela directoria do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro em assembléa geral dos accionistas aos 15 de Julho de 1861*. Rio de Janeiro, Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1861.
- BRHRJ. *Relatório apresentado pela directoria do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro em assembléa geral dos accionistas aos 15 de Julho de 1865*. Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1865. Pp. 5-13
- <sup>26</sup> JOSLIN, David. *A Century of Banking in Latin America*. London: Oxford University Press, 1963.
- <sup>27</sup> SCHULZ, op. cit., pp. 34-35
- <sup>28</sup> BRHRJ. *Relatório apresentado pela directoria do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro em assembléa geral dos accionistas aos 15 de Julho de 1865*. Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1865. p.8
- <sup>29</sup> LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História Político-Administrativa da Agricultura Brasileira, 1808/1889*. Brasília: Ministério da Agricultura, s.d. pp. 126-127
- <sup>30</sup> BRHRJ. *Relatório apresentado pela directoria do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro em assembléa geral dos accionistas aos 29 de Julho de 1868*. Rio de Janeiro, Typographia do Apostolo, 1868. p. 5
- <sup>31</sup> Esses valores foram retirados do Relatório de 1869, já que não constavam nos relatórios anteriores.

---

BRHRJ. *Relatório apresentado pela directoria do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro em assembléa geral dos accionistas aos 21 de Julho de 1869*. Rio de Janeiro, **Typographia Perseverança**, 1869. p. 19, 21, 25 e 27.

<sup>32</sup> No ano de 1871, o BRHRJ tinha 12.125:582\$000 de apólices da dívida pública. Esse montante demonstra a estratégia desenvolvida pelo banco face à Guerra do Paraguai.